



ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 1.046

O Plenário do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em reunião administrativa realizada no dia 06 de janeiro de 1988, na sala de reuniões da presidência,

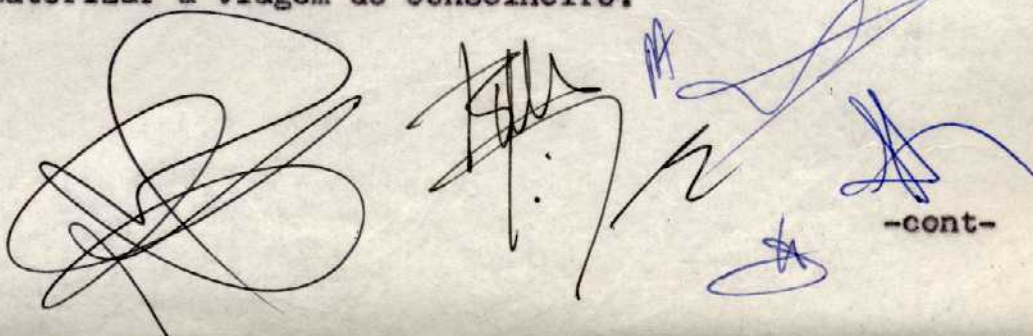
CONSIDERANDO que a Constituição do Estado do Pará e a Lei Orgânica do CCM equipara, para todos os efeitos legais, inclusive impedimentos e vantagens, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e do Conselho de Contas dos Municípios aos Srs. Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado;

CONSIDERANDO que na qualidade de magistrados os Conselheiros das citadas Cortes de Contas estão subordinados, no que couber ao Código Judiciário do Estado;

RESOLVE:

I - Que a viagem de qualquer Conselheiro a serviço do Conselho ou por este autorizada para a participação em Congressos, Cursos, Seminários, defesa dos interesses da Corte etc., ensejará a percepção de Ajuda de Custo, de acordo com o que determina o artigo 216 do Código Judiciário do Estado;

II - Outorgar poderes ao Conselheiro Presidente para fixar a Ajuda de Custo, em cada caso, dentro dos parâmetros do artigo 216 do Código Judiciário do Estado, na mesma Portaria na qual autorizar a viagem do Conselheiro.



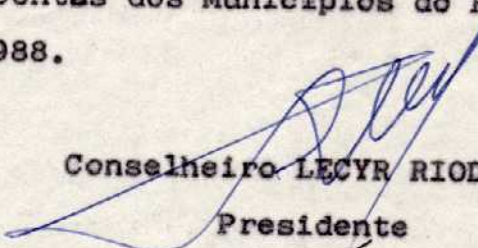
-cont-

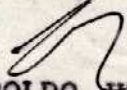


ESTADO DO PARÁ
CONSELHO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.046

Sala de reuniões do Gabinete da Presidência do Conselho de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 06 de janeiro de 1988.


Conselheiro LECYR RIODADES
Presidente

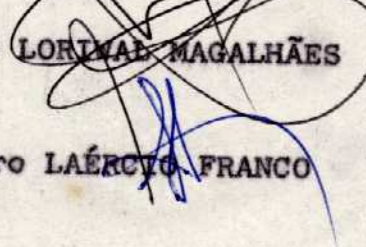

Conselheiro HAROLDO JULIÃO DA GAMA


Conselheiro PAULO DOURADO


Conselheiro IRAWALDYR ROCHA


Conselheiro LAUDELINO PINTO SOARES

Conselheiro LORIVAL MAGALHÃES


Conselheiro LAÉRCIO FRANCO